

INCÓGNITAS ESTRATÉGICAS: rumo a uma sociologia da ignorânciaⁱ

Linsey McGoey

Rute Rocha Maiaⁱⁱ (Tradução)

UFRN: <https://orcid.org/0000-0003-1101-6086>

DOI: <https://doi.org/10.21680/1982-1662.2020v3n29ID23359>

Resumo

Ao desenvolver uma agenda para o estudo social da ignorância, este artigo apresenta a sociologia das incógnitas estratégicas: a investigação das formas multifacetadas pelas quais a ignorância pode ser aproveitada como um recurso, permitindo que o conhecimento seja defletido, obscurecido, escondido ou ampliado de uma maneira que amplia a extensão do que permanece ininteligível. Em contraste com as preocupações teóricas que fundamentam o estudo da acumulação de conhecimento, o foco na importância de incógnitas estratégicas resiste à tendência de valorizar o conhecimento ao invés da ignorância, ou pressupor que a aquisição de mais conhecimento está relacionado de forma automática ou linear à obtenção de mais poder social ou político. Ao refinar e desafiar a suposição de que as sociedades liberais modernas inevitavelmente prosperam no acúmulo de informações sobre as personas públicas, psiques privadas, hábitos de consumo ou tendências políticas dos cidadãos, os artigos nesta edição especial exploram como o cultivo de incógnitas estratégicas continuam a ser um recurso - talvez o maior recurso - para aqueles em uma posição de poder e para aqueles sujeitos a ele.

Palavras-chave: sociologia da ignorância; incógnitas estratégicas; ambiguidade; risco; incerteza.

ⁱ Nota editorial: O presente texto, traduzido e publicado com expressa autorização da autora Linsey McGoey, abre e apresenta o primeiro número do volume 41, de 2012, da Revista *Economy and Society*, número especialmente dedicado à agenda de investigação em torno da sociologia do não-conhecimento e da ignorância e que pode ser acessado através do seguinte link: <https://www.tandfonline.com/toc/reso20/41/1>. As notas editoriais estarão sempre em algarismos romanos e são apresentadas no rodapé, as notas da autora sempre estarão em algarismos arábicos e são apresentadas ao final do texto.

ⁱⁱ Email: rute.rmaia@hotmail.com.

Introdução

Três dias após o terremoto que atingiu o Haiti em 2010, destruindo prédios em Porto Príncipe e matando centenas de milhares de pessoas, um navio de cruzeiro da Royal Caribbean International atracou a sessenta milhas da zona do terremoto para que os passageiros pudessem ‘relaxar’ durante a tarde. Atracado em Labadee, um porto na costa norte do Haiti, os passageiros praticavam esportes aquáticos, realizavam um churrasco e faziam compras de artesanato haitiano em uma praia cercada por um portão de segurança e patrulhada por guardas armados. Ao longo da costa, a algumas dezenas de quilômetros, dezenas de milhares de haitianos estavam sendo enterrados em valas comuns construídas às pressas na medida em que a quantidade de corpos excedia a capacidade de hospitais e necrotérios demolidos.

Alguns passageiros se recusaram a desembarcar. “Eu simplesmente não consigo me imaginar tomando sol na praia, brincando na água, comendo um churrasco e saboreando um coquetel enquanto há dezenas de milhares de mortos amontoados nas ruas”, escreveu um deles no fórum virtual da empresa de cruzeiros, o que foi posteriormente citado no jornal *The Guardian* (Booth, 2010).

Outros passageiros elogiaram a decisão de atracar, sugerindo que seria terrível abandonar o país no exato momento em que seus dólares turísticos eram mais necessários. Eles ressaltaram também que o navio havia distribuído ajuda alimentar na chegada, e que a Royal Caribbean se comprometeu a doar os lucros da visita à praia para ajuda humanitária. Os debates acerca da conveniência dessa visita inundaram os fóruns da Internet. Um site, o *cruisecritic.co.uk*, realizou uma pesquisa perguntando se o navio havia optado por atracar demasiado cedo após a crise. Dois terços dos entrevistados, 67 por cento, consideraram que a visita foi louvável por trazer ajuda alimentar e apoio econômico tão necessários (Light, 2010).

Os passageiros que permaneceram a bordo foram repreendidos em algumas discussões online por fecharem os olhos - como um avestruz - para a realidade da catástrofe. Outros sugeriram que a simples proximidade a uma zona de terremoto não deveria significar que aqueles que tomavam sol na praia eram mais culpados do que aqueles que desligaram os programas de notícias ou jogaram fora um jornal em Londres ou Nova York: ignorar uma crise na segurança em locais muito distantes é

tão repreensível quanto ignorar uma crise que está se desenrolando no quintal de casa.

"Simplesmente virar as costas para a necessidade é moralmente questionável", escreveu Thomas Scanlon, filósofo da Universidade de Harvard, a um repórter.

Mas fazer isso na praia no Haiti não é pior do que fazer isso na praia em Nassau, e mudar seus planos de férias do primeiro para o último não faz bem a ninguém. No mínimo, sugere um desejo de não ser incomodado pelo pensamento angustiante de como as coisas são ruins para as vítimas do terremoto. (Kurczy, 2010)

No cerne dos debates sobre as respostas a crises como a do Haiti está a questão de qual ignorância intencional é a mais justificável e qual é a mais condenável: os passageiros com os olhos bem fechados no navio, aqueles que se consolam por sua folia na praia, comprando mais colares de conchas haitianas ou aqueles que estão desligando suas televisões dentro de casa.

Visando analisar a resposta da Royal Caribbean à crise - questionar uma atitude que se esconde da culpa ao inocentar seus próprios motivos (o navio estava trazendo ajuda humanitária), ressaltando os males das possibilidades alternativas (não atracar teria sido um ato pior de que o abandono) ou incriminando testemunhas distantes como cúmplices (brincar em uma praia na França é tão ruim quanto no Haiti) - precisamos de menos atenção à política do conhecimento e mais atenção à política da ignorância, à mobilização da ambiguidade, à negação de fatos inquietantes, à compreensão de que saber o mínimo possível é frequentemente a ferramenta mais indispensável para gerenciar riscos e exonerar-se da culpa de eventos catastróficos¹.

O esforço para compreender a (in)ação pessoal e institucional diante de fatos trágicos ou simplesmente inconvenientes exige atenção ao que Peter Galison chamou de 'antiepistemologia', o estudo do não-conhecimento ou a arte de como o conhecimento é defletido, coberto e obscurecido (Galison, 2004, p. 237). Enquanto a epistemologia explora a natureza, a metodologia e os limites da produção do conhecimento, a antiepistemologia pergunta por sua sombra: a natureza do não-

conhecimento e as práticas políticas e sociais embutidas no esforço para suprimir ou acender infinitas novas formas de ambiguidade e ignorância.

Até bem recentemente, havia uma acentuada ausência de atenção teórica ao valor e aos usos práticos da ignorância na vida econômica e social. Talvez, inocentemente, a atenção à ignorância tenha sido vista como óbvia ou banal demais para justificar um exame mais minucioso. Da antiguidade em diante, os estudiosos e seus respectivos públicos têm reconhecido a importância do não-conhecimento. Como escreve Matthias Gross (2007), os debates sobre a ignorância e o conhecimento remontam pelo menos à insistência de Sócrates de que sua "sabedoria" consistia em saber o que ele não sabia, um sentimento que talvez seja simplesmente o mais antigo em uma longa lista de máximas familiares sobre as vantagens da ignorância: o que você não sabe não pode machucá-lo; ignorância é uma benção.

É a obviedade e a difusão de tais máximas que tornam a ausência de atenção crítica à ignorância ainda mais surpreendente, levantando a possibilidade de que a ignorância do valor da própria ignorância seja menos inocente do que parece à primeira vista. Talvez a insistente recusa em questionar os usos do não-conhecimento possa resultar, na melhor das hipóteses, de um instinto disciplinar de autopreservação ou pior, de uma espécie de miopia autoinduzida. Essa miopia poderia ser ancorada na experiência autoproclamada dos cientistas sociais em desenterrar e analisar o conhecimento, uma vaidade decorrente da premissa epistemológica fundamental das ciências sociais: o mundo social é cognoscível desde que se adote as ferramentas metodológicas corretas, desde que se estreite ou amplie o olhar para os níveis micro, meso ou macro, desde que se esteja preparado para adotar, seguindo Geertz (1973), uma interpretação "mais densa" da miríade de pistas sociais e linguagens indizíveis que influenciam qualquer ação social.

A atenção às incógnitas estratégicas desafia tal hierarquia, exigindo uma mudança sutil no olhar epistemológico que busca oferecer o não-conhecimento em sua plenitude como um fato social, não como um precursor ou impedimento a mais conhecimento, mas como uma força produtiva em si, como o gêmeo e não o oposto do conhecimento. Essa mudança no foco epistemológico exige mais atenção ao que Georges Bataille descreve como a "honestidade do não-conhecimento" (2001, p. 201), uma celebração da veracidade da ignorância ilimitada, um reconhecimento de que acumular novos conhecimentos não dissipa a ignorância, mas antes, a compõem, à

medida que novas descobertas aumentam a consciência do que permanece desconhecido. Aproveitar a honestidade do não-conhecimento significaria abraçar uma ‘forma de ignorância que não pode simplesmente ser postergada para o conhecimento futuro’ mas atua, como escreve Monica Greco, ‘como uma fonte de autoevidência teórica, por direito próprio’ (2005, p. 24).²

Ignorância é conhecimento: essa é a premissa inicial e o que impulsionou a posterior coleção de artigosⁱⁱⁱ. Juntos, eles contribuem para uma pequena, porém crescente literatura que explora como as diferentes formas de ignorância estratégica (McGoey, 2007) e desconhecimento social (Thrift, 1985, p. 97) ajudam a manter e a romper as ordens sociais e políticas, permitindo que ambos os governadores e os governados neguem a consciência de coisas que não são de seu interesse reconhecer (Balmer, no prelo; Barry, 2006; Douglas, 1986; Frickel & Vincent, 2007; Gross, 2007, 2010; Luhmann, 1998; Merton, 1987; Mirowski, 2011; Smithson, 1989; Taussig, 1999).³

Ignorância como emancipação

Por intermédio de seu trabalho sobre o papel da ignorância na produção de fatos científicos, Michael Smithson foi um dos primeiros a identificar o valor prático da ignorância, apontando que reconhecê-la é um pré-requisito para o aprendizado e para a descoberta científica; que a ambiguidade proposital pode ser utilizada para aumentar a generalização das descobertas científicas e para chegar a um consenso sobre os méritos de uma nova descoberta; e que a deliberada aceitação da ignorância pode aumentar a reputação de sobriedade científica de um indivíduo (veja Ravetz, 1993; Smithson, 1989).

O trabalho de Robert Proctor sobre agnotologia, seu termo para a reprodução cultural e a transmissão da ignorância, examina alguns dos efeitos menos salubres dos usos da ignorância na ciência e na vida comercial que Smithson identifica, destacando como a ignorância e a incerteza são, às vezes, exploradas para um ganho duvidoso por uma série de indústrias, como os esforços da indústria do tabaco em fomentar dúvidas e incertezas sobre as ligações entre o tabagismo e o câncer. Um

ⁱⁱⁱ Nota editorial: aqui, McGoey faz menção à supramencionada edição especial de *Economy and Society*, n. 1, v. 41, 2012, sobre sociologia do não-conhecimento e da ignorância, cujo artigo de abertura e apresentação é “*Strategic Unknowns...*”.

exemplo semelhante pode ser visto no marketing do Vioxx, analgésico mais vendido da Merck, removido dos mercados globais em 2004, depois que o medicamento demonstrou causar ataques cardíacos. Neste caso, e em outras controvérsias farmacêuticas, a incerteza acerca da reação adversa causada pelo próprio medicamento ou pela fisiologia de uma pessoa, é muitas vezes utilizada por litigantes em juízo que se valem do não conhecimento do efeito de um medicamento, com o intuito de absolver os executivos que comercializaram uma droga, ainda quando estes estão cientes dos sérios problemas de segurança de responsabilidade (Michaels, 2006; Proctor, 2006; Proctor & Schiebinger, 2008).

Esses exemplos destacam principalmente os usos negativos da ignorância, demonstrando as maneiras pelas quais a ignorância é útil para aqueles que procuram ocultar informações na medida em que parecem transparentes, ou para se abster da responsabilidade em atividades fraudulentas ou simplesmente incompetentes. Apenas um punhado de estudos explorou os usos positivos da ignorância, a maneira como ela auxilia a vida política e jurídica a se proteger contra o preconceito, ou o modo como a ignorância deliberada é sustentada como um dever moral, como o pressuposto norteador da ética médica de que a ignorância das etiologias das doenças e potenciais tratamentos é preferível à obtenção de evidências por meios antiéticos.

Mesmo os estudos que apontam para usos positivos da ignorância - destacando o valor da ignorância na prevenção do preconceito nas arenas jurídicas ou médicas - exigem mais qualificação e análise do que têm recebido. Proctor, por exemplo, aponta de maneira bastante otimista para a defesa de John Rawls de um "véu da ignorância" nas deliberações sobre a justiça distributiva como um exemplo de virtude, ou mesmo o imperativo, da ignorância. "Encontramos algo semelhante no tribunal", escreve Proctor, "onde os jurados devem ignorar os detalhes do crime que estão avaliando... o conhecimento aqui está curiosamente ligado ao preconceito, e a ignorância ao equilíbrio" (Proctor & Schiebinger, 2008, p. 24).

O conceito de Rawls de um véu da ignorância é uma particularidade central de sua posição original, onde os indivíduos são convidados a deliberar sem conhecimento de como eles próprios se sairiam no resultado de uma decisão. Um bom exemplo é o caso dos sulistas norte-americanos brancos do século XIX que toleravam a escravidão, mas que provavelmente teriam mudado seu posicionamento caso não soubessem se, em uma reformulação da sociedade, seriam escravizados ou

não.⁴ Por mais atraente que o conceito possa se apresentar na teoria, é raro que um indivíduo ou entidade política como um Estado tenha a oportunidade ou o incentivo de aplicá-la em seus próprios processos de tomada de decisão, o que evidencia o abismo existente entre o desejo de ignorar o contexto social ou econômico, o que pode ser considerado como uma 'ignorância aspiracional' e o fracasso de vários atores - conselhos de contratação, jurados, juízes, policiais - em fazê-lo na prática.

A justiça é cega, sugere o ditado popular. Mas é claro que não. Possivelmente, Eve Sedgwick faz o melhor trabalho ao ilustrar a natureza inconstante da ignorância em casos legais e na vida social de maneira geral. Como ela descreve, a ignorância é frequentemente utilizada para absolver o culpado ou para potencializar uma autoridade em uma variedade de arenas jurídicas e culturais. A implantação estratégica da ignorância pode ser punitiva e emancipadora. Ela cita o exemplo de uma decisão do Departamento de Justiça dos Estados Unidos em 1986, um período de preconceito institucionalizado elevado contra pacientes com AIDS. A decisão assegurou que os empregadores poderiam demitir os indivíduos com AIDS, desde que alegassem não saber o fator médico de que a AIDS não representa qualquer perigo para a saúde no local de trabalho. O desconhecimento da ausência de risco foi motivo suficiente para demitir funcionários.

O exemplo vem da *Epistemologia do closet* de Sedgwick, sua investigação clássica acerca dos usos literários, políticos e pessoais, além de implicações e contestações de uma bifurcação rígida de homo/heterossexual na cultura ocidental contemporânea. Apropriadamente para um livro que examina e interroga o binário autoimposto e persistentemente reconstituído entre homossexualidade e heterossexualidade, Sedgwick ajuda a desafiar a estrita oposição entre conhecimento e ignorância, para clarificar as formas recíprocas que “ignorância e opacidade cooperam ou competem com o conhecimento na mobilização dos fluxos de energia, desejo, bens, significados, pessoas” (Sedgwick, 2008, p. 4).

Escrita na década de 1980, em uma época em que a crise da AIDS trouxe uma ‘devastação súbita e abrangente para a vida dos gays e de seus amigos’ (uma crise ampliada pelas incógnitas da doença, pela pura ignorância de sua escala e etiologia, por uma sensação de desamparo que tornou a crise proporcionalmente menos compreensível ou exprimível quanto maior ela se tornou), a análise de Sedgwick da

política da crise, e de forma mais geral, da bifurcação cultural entre homo/heterossexuais que colaborou na compartimentalização dos portadores de AIDS como outros distantes, é sensível à advertência de Foucault: “não há divisão binária a ser feita entre o que se diz e o que se não diz; devemos tentar lembrar as diferentes maneiras de não dizer tais coisas.. Não há um, mas muitos silêncios” (citado em Sedgwick, 2008, p.3).^{5,6}

Um dos exemplos mais surpreendentes do uso da ignorância não advém do conteúdo do livro, mas de um prefácio escrito por Sedgwick para uma segunda edição publicada 18 anos após o livro ter sido lançado pela primeira vez. O livro foi publicado pela primeira vez em 1990, o mesmo ano de *Problemas de Gênero* de Judith Butler, e desde então visto, assim como o trabalho de Butler, como um texto seminal no interior da teoria *queer*. Após seu lançamento, Sedgwick logo se viu enfrentando uma batalha pessoal sobre a política do conhecimento e da ignorância. Notadamente, a insistência em que ela própria "se revelasse" lésbica ou heterossexual.

“Para não fazer disso um grande mistério - e porque eu escrevi muito em outras conexões nos anos seguintes”, Sedgwick escreve no prefácio de 2008. “Estou disposta a dizer hoje em dia que, quando fiz sexo com outra pessoa, foi com um homem.” Por que o drama, por que o suspense em torno de tal declaração no prefácio de um livro que desafia a obsessão cultural por tais declarações?

Ela fornece algum contexto. Em 1985, durante uma aula de estudos femininos no Amherst College, ao apresentar uma seção sobre questões lésbicas, ela se sentiu compelida, como uma não-lésbica, a se desculpar por quaisquer limitações em compreender ou transmitir suas interpretações do material. Um trio de estudantes da classe apareceu em seu horário de atendimento. Juntas, as mulheres pediram polida mas gentilmente, que ela evitasse fazer *aquilo* de novo. Elas explicaram que, por mais que ela tivesse escolhido suas palavras cuidadosamente e por mais óbvia que sua intenção fosse de não causar ofensa, a qualificação de sua própria identidade conseguiu denunciar as delas. Sua confissão de que ela não era uma mulher gay soou como um repúdio de ser uma.

Ela acatou o pedido. Nos anos seguintes, sua recusa em dizer se era heterossexual ou homossexual, sua recusa em encorajar uma "simulação mentirosa de simetria dos dois termos ... em fingir compreender um discurso bifurcado que não fazia sentido para mim" tornou-se uma experiência constante na ignorância

estratégica. Ela estava bem ciente de que este experimento “poderia resultar infeliz para algumas ambições pessoais ... e estava certa de me colocar em sucessivas posições falsas. Mas percebi cada vez mais que nenhuma posição mais verdadeira estava disponível” (Sedgwick, 2008, pp. xvii- xviii). Em uma paisagem que postulava um falso binário como uma espécie de 'posição original' inevitável ou escapável, a opção mais satisfatória era a ambiguidade determinada, que por meio de seu silêncio performativo, por meio de sua pedagogia do não-conhecimento, buscava transmitir uma repreensão não-verbal de sistemas classificatórios sustentados e fortalecidos por suas próprias dissimulações, por sua incapacidade de capturar as realidades das identidades que pretendem refletir.

Sedgwick nos leva para o território da ignorância emancipadora, onde a ambiguidade deliberada se torna uma arma contra as certezas dogmáticas e imposições esquemáticas dos outros. “Talvez o objetivo hoje em dia não seja descobrir quem somos, mas recusar o que somos”, sugeriu Foucault uma vez, e o experimento de Sedgwick parece responder a essa esperança, reivindicando autoridade ao negar aos outros as informações que eles passaram a esperar.⁷

Ignorância como mercadoria

A alusão de Sedgwick às maneiras incomensuráveis de dizer nada ou quase nada aponta para uma limitação do trabalho existente sobre a ignorância. Muito disso se dá em virtude de empenhar-se em categorizar o incategorizável, na perspectiva de encontrar novas tipologias para definir e delinear as diferenças entre o conhecimento, o não-conhecimento e a ignorância. Como ressaltado por Gross, “em qualquer conferência onde uma apresentação sobre ignorância ou não-conhecimento é realizada, o debate posterior gira em torno de definições apropriadas, novas taxonomias ou novos termos extensos” (Gross, 2007, p. 743). O resultado, ele sugere, tem sido uma panóplia de novos adjetivos como meta-ignorância (Smithson) ou *ignorance-squared* (Ravetz), adjetivos que implicam em uma progressão linear entre as formas de ignorância, ao invés de realçar o dinamismo entre conhecimento e ignorância.

Um adjetivo particularmente lamentável para o estudo da ignorância é "Rumsfeldiano", um termo que cede muita base teórica a um comentário improvisado do ex-secretário de Defesa dos Estados Unidos. O célebre comentário de Rumsfeld

acerca de incógnitas não inaugurou uma nova compreensão do não-conhecimento e da antiepistemologia. Todavia, logrou êxito em apresentar uma boa descrição para um *zeitgeist* em mudança.

Esse *zeitgeist* emergente tem sido uma nova compreensão do valor econômico e político de riscos ilimitados e ameaças indetermináveis para aqueles que têm a ganhar com o *fracasso* em soluções de identidade para problemas que alegam serem insolúveis. Teóricos que trabalham na interseção da segurança global e do seguro global começaram a esboçar os parâmetros desse *zeitgeist*, desafiando as percepções de risco que dominaram as Ciências Sociais nas últimas décadas.

Richard Ericson e Aaron Doyle, por exemplo, em um artigo sobre a resposta da indústria de seguros global ao 11 de setembro, tiveram como alvo a alegação de Ulrich Beck de que as seguradoras se esquivaram de oferecer cobertura para riscos catastróficos e incalculáveis, sugerindo, pelo contrário, que lucrar com o incalculável foi uma estratégia consistente das seguradoras. Eles citam um executivo do setor discursando em uma conferência do setor pós-11 de setembro: "Amamos a ambiguidade. Sabemos como lidar com a incerteza ... o risco sempre tem duas dimensões. É uma ameaça, é um perfil, mas também contém o aspecto da oportunidade. E a arte é equilibrar esses dois, ameaça e oportunidade, de uma maneira inteligente e consciente" (ver Collier, 2008; Ericson & Doyle, 2004, p. 148; Gottweis, 2005; McGoey, 2009; O'Malley, 2004, 2010).⁸

Na vanguarda das indústrias que lucram com 'incógnitas conhecidas' não estão apenas as seguradoras globais, mas também empresas de tabaco que prosperam há décadas na refutabilidade de evidências que ligam o fumo ao câncer, empresas químicas contestando os efeitos da exposição química (Murphy, 2006), anti-ambientalistas aproveitando análises construtivistas das ciências sociais para enfatizar a incerteza da ciência do clima (ver Latour, 2004) e vendedores de seguros que se beneficiam da exploração da volatilidade da incerteza e agitação do mercado (Arnoldi, 2004; Cooper, 2004).

Comum a essas indústrias é a dependência do que poderia ser chamado de 'política de condicionalidade', a tendência das autoridades políticas e econômicas prosperarem, como Davies e McGoey exploram (nesta edição)^{iv} em uma análise da

^{iv} Nota editorial: A autora faz menção ao artigo "*Rationalities of ignorance: on financial crisis and the ambivalence of neo-liberal epistemology*".

crise financeira de 2008, em sua incapacidade de prever ou mitigar riscos futuros. A crise financeira serve de exemplo por excelência do que Michael Dillon chamou de 'mercantilização da contingência', a ideia de que o que separa o risco da incerteza não é simplesmente, como Frank Knight uma vez defendeu, que o primeiro é mensurável enquanto o último não é, mas que, como escreve Dillon, o primeiro representa a incerteza *mercantilizada*, é um cálculo da exposição de alguém à contingência. Em outras palavras, é um cálculo da exposição de alguém a *mais* risco, um cálculo que é ele próprio contingente, como Dillon observa, em sua própria incapacidade de prever todas as eventualidades: “paradoxal como possa soar ... o risco satisfaz o desejo de segurança aumentando a aposta e, assim, aumentando massivamente a exposição à contingência, o que se traduz ainda em novos riscos” (Dillon, 2008, p. 326).

No jogo de prever riscos, muitas vezes ganhamos, independentemente dos riscos se materializarem ou não. Se uma ameaça prevista não surgir, a identificação da ameaça recebe o crédito por dissuadi-la. Se uma ameaça prevista surgir, as autoridades são elogiadas por sua previsão. Caso surja uma ameaça imprevista, as autoridades têm o direito de pedir mais recursos para combater sua própria ignorância anterior. “A beleza de uma visão futurística, é claro, é que ela não precisa ser verdadeira”, escreve Kaushik Sunder Rajan (2006, p. 121) em um estudo sobre a maneira pela qual as expectativas em torno de novas biotecnologias ajudam a criar oportunidades de financiamento e promover fé na tecnologia, independentemente das expectativas serem verdadeiras ou não. Na verdade, as expectativas costumam ser *particularmente* frutíferas quando não se materializam, pois mais esperança e exagero são necessários para remediar as expectativas frustradas.

A atenção à resiliência dos riscos - a maneira como as alegações de risco muitas vezes se alimentam de sua própria imprecisão - ajuda a destacar o valor da condicionalidade para aqueles que ocupam cargos de autoridade política. Um bom exemplo, como escreve Brian Massumi, é a retórica em torno dos ataques preventivos ao Iraque, onde a hipótese de que armas de destruição em massa *poderiam* existir e, se assim fosse, *poderiam* ser utilizadas motivaram uma ação independente da verificabilidade; a identificação de uma ameaça legitimou atividades que ocorreram independentemente do caráter infundado da ameaça (Massumi, 2007, p. 9).

Rumsfeld não foi o primeiro a compreender a importância das incógnitas estratégicas como mecanismo de governança, mas pode ter sido o primeiro a admiti-lo abertamente.

Ignorância como pedagogia

A ignorância não é simplesmente um recurso para aqueles que detêm o poder político. Pode servir como arma de usurpação. Talvez o potencial político da ignorância encontre uma de suas encarnações mais explosivas na figura de Joseph Jacotot, um não tão conhecido professor francês do século XIX, imortalizado por Jacques Rancière em *O Mestre Ignorante*. O assunto evidente do livro é a história do próprio Jacotot, um professor de literatura francesa na Universidade de Louvain que fez uma descoberta surpreendente. Diante de uma situação em que foi solicitado a se comunicar com alunos flamengos, e percebendo que eles não falavam francês, Jacotot mandou entregar um texto bilíngue aos alunos e solicitou que eles aprendessem o texto em francês com o auxílio da tradução. Ele ficou surpreso com o resultado. Após um curto período de estudo da tradução, os alunos desenvolveram um domínio quase imediato da língua estrangeira. Solicitados a escrever uma redação em francês, os estudantes flamengos administraram tão bem quanto seus equivalentes franceses poderiam ter feito, sem nenhum dos barbarismos ou erros que Jacotot esperava.

Por meio dessa experiência modesta, Jacotot percebeu uma séria verdade: o trabalho dos professores, de *explicar*, ensinar, transmitir seus conhecimentos, cimentando constantemente, sob o pretexto de buscar erradicá-la, a lacuna entre o conhecimento de um mestre e a ignorância de um aluno - era mais dispensável e estranho do que ele pensava. Ele não ensinou nada aos alunos, e mesmo assim eles aprenderam, levando a questões avassaladoras: “As explicações do professor foram, portanto, supérfluas? Ou, se não foram, para quem e para que foram úteis?” (Rancière, 1991, p. 4). “A revelação que veio a Joseph Jacotot”, escreve Ranciere, foi que “a explicação não é necessária para corrigir uma incapacidade de compreensão. Ao contrário, essa mesma incapacidade fornece a ficção estruturante da concepção explicativa do mundo. É o instrutor quem precisa do incapaz e não o contrário” (Rancière, 1991, p. 6).

Através das metáforas da ignorância e do conhecimento, de professor e de aluno, a narrativa subjacente de Rancière emerge. Como Kristin Ross apontou, sua análise não é um guia de "know-how pedagógico suicida" ou uma lição de emancipação condenando a futilidade dos sistemas educacionais modernos. Tampouco, Rancière nos assegura, é uma tentativa de "fazer do ignorante a fonte de uma ciência inata, nem especialmente de uma ciência do povo em oposição a do estudioso" (1991, p. 31) . A história é melhor vista como "um ensaio, ou talvez uma fábula ou parábola, do que como uma meditação filosófica extraordinária sobre a igualdade" (Ross, 1991, p. ix; ver também Power, 2010).

Rancière optou por ressuscitar a figura de Joseph Jacotot, como ele escreve posteriormente em um posfácio de *O filósofo e seus pobres* (2004), "não em virtude das curiosidades na história da pedagogia, mas pela forma radical como Jacotot formulou a ideia igualitária". A proposição alarmante de Jacotot, de que todos poderiam aprender por conta própria, sem um mestre, e que, inversamente, o ignorante poderia ensinar coisas a outros que eles próprios ignoravam, dependia de uma suposição fundamental: todos os indivíduos eram igualmente inteligentes. Apresentar a igualdade desta forma bastante ingênua, como uma prática ao invés de um objetivo, resistindo obstinadamente às evidências das muitas maneiras pelas quais os indivíduos não são igualmente inteligentes, era remover a desigualdade das mãos daqueles - professores, autoridades governamentais, filósofos - que prosperam com a identificação e erradicação das desigualdades, que prosperam com a autoridade para 'falar' pelos pobres ou analfabetos e que, portanto, exigem que tais desigualdades persistam em existir.

Por meio de uma presunção de desigualdade, mesmo por aqueles que professam lutar contra ela ou buscar diminuí-la, o abismo entre igualdade e desigualdade é perpetuamente reforçado, empoderando incessantemente os "explicadores" com a tarefa de elevar os desiguais ou incultos a um nível para sempre indefinível e inalcançável. As presunções de desigualdade erigem uma diferença fundamental entre aqueles com autoridade para se pronunciar sobre a igualdade e aqueles sem tal autoridade, perpetuamente separando, como escreve Ross, uma reconciliação futura de uma desigualdade presente, "uma distância discursivamente inventada e reinventada para que nunca possa ser abolida. Os pobres ficam em seus lugares" (Ross, 1991, p. Xix). Nas palavras de Rancière, "colocar a igualdade como

uma meta é entregá-la aos pedagogos do progresso, que alargam infinitamente a distância que prometem abolir" (Rancière, 2004, p. 223).

Insistir, por outro lado, como faz Jacotot, que a igualdade está presente mesmo em situações em que as aparências sugerem o contrário, coloca um dever diferente para os pedagogos de uma comunidade. As presunções de igualdade exigem uma forma diferente de reciprocidade entre acadêmicos e estudantes, entre autoridades e seus públicos. Eles exigem não a indignação com a persistência da desigualdade, mas as verificações constantes e intermináveis da própria igualdade, como uma prática, ao invés de uma recompensa ou objetivo. Nem o mestre nem o aluno têm a capacidade de pronunciar o outro mais ou menos igual, mais ou menos ignorante, mesmo porque a ignorância, ao contrário do conhecimento, é resistente tanto ao domínio quanto à monopolização, apenas porque “não há hierarquia na ignorância” (Rancière, 1991, p. 32).

Aproveitar o poder nivelador da ignorância não é sugerir que as desigualdades sociais, políticas e econômicas não persistem quando é claro que elas persistem. É resistir às formas como o simples enunciado das desigualdades tende, ao mesmo tempo, a legitimá-las e perpetuá-las. De maneira semelhante, ao declarar a ignorância e o conhecimento como ferramentas iguais de governança e usurpação, os artigos nesta edição especial ajudam a desenvolver uma sociologia do não-conhecimento que não mantém, por necessidade, a ignorância em seu lugar atualmente desvalorizado.

Explorando a ignorância e a ambiguidade na prática^v

“Eu não acho”, Bataille sugeriu uma vez, “que é possível falar seriamente sobre o não-conhecimento, independentemente de seus efeitos” (2001). Os artigos sobre essa questão ecoam e respondem a esta afirmação. Variando os usos de 'conhecimento desconfortável' (Rayner, nesta edição)^{vi} na formulação de políticas ambientais aos desafios metodológicos de estudar a produção da ignorância

^v Nota editorial: a partir daqui, a autora apresenta os outros artigos que compõem o já mencionado número 1, volume 41, 2012, dedicado à sociologia do não-conhecimento e da ignorância, da Revista *Economy and Society*. O número pode ser acessado através do seguinte link: <https://www.tandfonline.com/toc/reso20/41/1>

^{vi} RAYNER, Steve. “Uncomfortable knowledge: the social construction of ignorance in science and environmental policy discourses”. Acesso: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03085147.2011.637335>

(Rappert, nesta edição)^{vii}, o foco empírico dos artigos é diverso, mas sua preocupação central é a mesma: explorar os efeitos geradores e produtivos de 'conhecimentos negativos', como ignorância, não conhecimento, incerteza e ambigüidade, e seus usos na prática.

O artigo de Brian Rappert tem um foco duplo. Primeiro, ele explora a utilidade da ignorância para funcionários do governo do Reino Unido que enfrentam censura pública e indignação com as altas taxas de mortes de civis e militares durante a guerra do Iraque. Uma estratégia fundamental para os funcionários tem sido enfatizar a falta de confiabilidade de se obter o número exato de mortes de civis e não civis; a ambigüidade provou ser uma vantagem e não uma desvantagem para as autoridades que buscam justificar a guerra e limitar a responsabilidade pelo aumento do número de mortos. Ao enfatizar a dificuldade de discernir quantas mortes ocorreram, as autoridades mudaram a ênfase da moralidade do objeto sob escrutínio - o alto número de mortos iraquianos e britânicos - para uma questão mais técnica dos métodos corretos para estimar as baixas, adiando o escrutínio público ao propagar a incerteza dos números disponíveis.

Em segundo lugar, Rappert estuda a dificuldade de saber se os funcionários do Reino Unido estavam *deliberadamente* aproveitando a ambigüidade do número de mortos ou se eles estavam genuinamente perplexos e frustrados com a imprecisão de suas próprias metodologias. Os cientistas sociais, ao escreverem sobre a ignorância, devem reconhecer melhor sua própria ignorância inevitável das razões não articuladas ou simplesmente inconscientes dos indivíduos que eles sugerem que podem estar deliberadamente aproveitando a ignorância.

O artigo de Jacqueline Best^{viii} explora como os formuladores de políticas do Banco Mundial e do FMI têm procurado, alternadamente, dissipar e ampliar a ambigüidade ao implementar novas políticas ou defender o desempenho das já estabelecidas. Ao promover a "flexibilidade futura na interpretação", a ambigüidade é muitas vezes utilizada estrategicamente por aqueles que estão na melhor posição para tirar vantagem da fluidez de possíveis interpretações de suas próprias decisões.

^{vii} RAPPERT, Brian. "States of ignorance: the unmaking and remaking of death tolls". Acesso: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03085147.2011.637334>

^{viii} BEST, Jacqueline. "Bureaucratic ambiguity". Acesso: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03085147.2011.637333>

No entanto, a própria ambiguidade das diretrizes torna difícil para qualquer ator institucional a conservação de sua vantagem estratégica no longo prazo.

A natureza multifacetada da ambiguidade - as maneiras pelas quais a ambiguidade pode ser uma vantagem e uma desvantagem sobre as interpretações - também é evidente no artigo de Carol Heimer^{ix}. Heimer baseia-se no trabalho de campo em clínicas de HIV/AIDS nos Estados Unidos, Uganda, África do Sul e Tailândia para examinar as maneiras pelas quais as organizações intencionalmente aumentam e ocultam sua própria ignorância, disseminando cuidadosamente *mais* informações sobre os resultados das ações. Relacionando seu estudo com o trabalho em gestão e teoria social sobre formas cerimoniais de conformidade, Heimer investiga os modos como a ignorância é mobilizada por pesquisadores confrontados com a tarefa de ter de comunicar riscos para obter consentimento informado, ao mesmo tempo em que procuram esvaziar a magnitude dos riscos que são obrigados a transmitir. A fim de atender às necessidades de pesquisa e inscrever mais pacientes em ensaios clínicos, os investigadores do ensaio devem criar *mais* ambiguidade sobre o quão perigosos os riscos realmente são na prática, algo que entra em conflito com o objetivo muitas vezes elusivo e impraticável de tentar esclarecer os riscos nos formulários de consentimento informado.

A utilidade social da ignorância - as maneiras como a ignorância deliberada é uma tática inevitável para organizações e indivíduos cuja auto-sobrevivência depende da manutenção de uma compreensão seletiva de suas próprias eficiências e responsabilidades - é o foco do artigo de Steve Rayner, que se baseia no trabalho de Mary Douglas e E. E. Evans-Pritchard para explorar o valor de 'conhecimento desconfortável' na ciência nacional e internacional e na formulação de políticas ambientais. Um dos objetivos do artigo é dissipar a ideia de que a pressão organizacional para excluir ou negar informações é uma aberração dos procedimentos operacionais corretos. Rayner argumenta que o esquecimento institucional é indispensável e inevitável, uma fixação inerente de "um conjunto mais amplo de filtros informativos e perceptivos que permitem que indivíduos e coletivos dêem sentido ao que de outra forma seria um ataque avassalador de estímulos sensoriais", um ponto que ecoa o trabalho de Douglas sobre a "amnésia estrutural" e

^{ix} HEIMER, Carol A. "Inert facts and the illusion of knowledge: strategic uses of ignorance in HIV clinics". Acesso: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03085147.2011.637332>

as maneiras como "as instituições criam lugares de sombra nos quais nada pode ser visto e nenhuma pergunta feita" (1986, p. 76).

O trabalho de Douglas sobre amnésia estrutural é, de certo modo, depressivamente presciente do valor da ignorância para a grande quantidade de atores financeiros que tiveram algo a ganhar por supor que não tiveram nada a ver com o início da crise financeira de 2007/8. Como William Davies e Linsey McGoey^x descrevem, a crise tem sido consistentemente enquadrada como um problema decorrente dos "limites do conhecimento": os limites de atores individuais para discernir os motivos de outros atores e os limites de modelos muito confiáveis para domar ou prever o próprio futuro.

Ao tratar a crise como um exemplo dos *limites* do conhecimento, muitos comentaristas perpetuam a noção duvidosa de que tais limites são simplesmente uma aberração das operações de rotina; isto implica que mercados normais em funcionamento são menos falíveis e o conhecimento de suas operações mais exato e universalmente acessível. Tal enfoque deixa de considerar a própria *utilidade* da ignorância para aqueles que deixaram de agir diante dos primeiros sinais de alerta de uma catástrofe financeira. O artigo de Davies e McGoey examina o duplo valor da ignorância: as maneiras como o silêncio social em torno do conhecimento perturbador permitiu que atividades lucrativas continuassem a despeito da preocupação com suas implicações, e as maneiras como silêncios anteriores são então aproveitados para absolver a culpa e evitar a responsabilidade pela inação anterior.

Conclusão

Ao escrever sobre a crise financeira de 2008, é difícil escolher o uso do tempo passado ou presente, assim como o recente terremoto no Haiti continua a infligir uma devastação contínua que torna difícil, ou pelo menos de alguma forma falso, cimentar os eventos durante um determinado tempo, mesmo quando fixamos marcadores convenientes como '2008' e '2010' para sua ocorrência. A natureza contraditória da temporalidade, os modos como o próprio tempo está sempre aberto

^x DAVIES, William; MCGOEY, Linsey. "Rationalities of ignorance: on financial crisis and the ambivalence of neo-liberal epistemology". Acesso: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03085147.2011.637331>

a disputas e contestações produtivas, espelha a relação conflituosa entre conhecimento e ignorância. O fato de que esses fenômenos se cruzam, e de que o conhecimento e a ignorância existem em um contínuo que constantemente flutua enquanto a emergência de mais conhecimento ilumina o quanto não tínhamos consciência de um fenômeno ou de suas consequências, é bastante óbvio.

O que é menos examinado são as batalhas políticas e econômicas que dependem do policiamento constante das fronteiras entre o conhecido e o desconhecido, no esforço de manter seja uma ficção conveniente de um conhecimento especializado de resultados possíveis seja uma ficção conveniente do recurso exatamente oposto: a pretensão de que nenhuma ação é possível ou aconselhável dada a inevitabilidade de incógnitas futuras. Assim como muito trabalho político é gasto no policiamento das fronteiras entre o passado, o presente e o futuro, em prevenir eventos catastróficos a tempo, a fim de evitar o pagamento de reparações por seus efeitos contínuos, é preciso trabalho político para preservar a pretensão de uma divisão estrita entre conhecimento e seu oposto. Esta edição especial interroga as estratégias envolvidas no policiamento de distinções questionáveis entre ignorância e conhecimento.

Notas da autora

1. Para uma discussão mais longa sobre a ignorância intencional envolvida em equívocos governamentais ou pessoais sobre a capacidade de intervir em catástrofes de grande escala, ver Cohen (2001).

2. Para um exame mais profundo do trabalho de Bataille sobre a estética e a política de não-conhecimento, ver Turpin (2010).

3. Particularmente nos estudos de Ciência e Tecnologia, tem havido um crescimento da atenção aos usos comerciais, sociais e políticos da ignorância. Veja, por exemplo, o trabalho de Balmer (no prelo), Ravetz (1993) e Frickel e Vincent (2007).

4. Para uma crítica das deficiências do conceito do véu da ignorância de Rawls, ver a obra de John Roemer, como Roemer (2009).

5. Sedgwick descreve como a ignorância das origens da doença foi ampliada por uma recusa da sociedade em falar abertamente sobre ela, dividindo famílias e comunidades individuais em campos de batalha enquanto a crise se transformava em

uma “guerra cheia de perdas renegadas sem frente doméstica, gerando notícias dolorosas de que não estava disposto a receber” (2008, p. xv).

6. Para paralelos úteis com o trabalho de Sedgwick, consulte a discussão de Rosengarten (2009) sobre as maneiras como os indivíduos com HIV filtram e incorporam informações sobre os riscos do HIV e opções de tratamento de formas continuamente idiossincráticas, desmentindo as suposições fáceis de linearidade entre conhecimento e ação.

7. Citado em Cruikshank (1999, p. 121).

8. Ver Collier (2008) para uma análise dos desafios recentes ao trabalho de Beck de estudiosos como Ericson e O'Malley. Collier documenta como uma gama de especialistas, de seguradoras globais a especialistas militares, por pelo menos três ou quatro décadas, evitou racionalidades calculadamente baseadas em conhecimento estatístico de arquivo, desenvolvendo cenários de 'atuação' que rompem com as avaliações probabilísticas tradicionais de como a vida coletiva pode ser conhecida e mapeada.

Referências

Arnoldi, J. Derivatives: Virtual values and real risks. *Theory, Culture and Society*, 21(6), 23-42, 2004.

Balmer, B. *Secrecy and science: A historical sociology of biological and chemical warfare*. Farnham: Ashgate, 2012.

Barry, A. *Technological zones*. *European Journal of Social Theory*, 9(2), 239-53, 2006.

Bataille, G. (Ed.). *The unfinished system of nonknowledge*. Minneapolis and London: University of Minnesota Press, 2001.

Booth, R. **Cruise ships still find a Haitian berth**: Luxury liners are still docking at private beaches near Haiti's devastated earthquake zone for holidaymakers to enjoy the water. *The Guardian*, 17 January 2010.

Cohen, S. *States of denial: Knowing about atrocities and suffering*. London: Polity, 2001.

Collier, S. **Enacting catastrophe**: Preparedness, insurance, budgetary rationalization. *Economy and Society*, 37(2), 224-50, 2008.

- Cooper, M. **On the brink**. From mutual deterrence to uncontrollable war. *Contretemps*, 4 (September), 2-18, 2004.
- Cruikshank, B. **The will to empower**: Democratic citizens and other subjects. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1999.
- Dillon, M. Underwriting security. *Security Dialogue*, 39(2-3), 309-32, 2008.
- Douglas, M. **How institutions think**. Syracuse. NY: Syracuse University Press, 1986.
- Ericson, R. & Doyle, A. Catastrophe risk, insurance and terrorism. *Economy and Society*, 33(2), 135-73, 2004.
- Frickel, S. & Vincent M. B. **Hurricane Katrina, contamination, and the unintended organization of ignorance**, *Technology in Society*, 29(2), 181-8, 2007.
- Galison, P. Removing knowledge. *Critical Inquiry*, 31 (Autumn), 229-43, 2004.
- Geertz, C. Thick description: Toward an interpretive theory of culture. In **Thick description: Toward an interpretive theory of culture** (pp. 3-33). New York: Basic Books, 1973.
- Gottweis, H. Governing genomics in the 21st century: Between risk and uncertainty. *New Genetics and Society*, 24(2), 175-93, 2005.
- Greco, M. On the vitality of vitalism. *Theory, Culture and Society*, 22(1), 15-27, 2005.
- Gross, M. The unknown in process: Dynamic connections of ignorance, non-knowledge and related concepts. *Current Sociology*, 55(5), 742-59, 2007.
- Gross, M. **Ignorance and surprise**: Science, society, and ecological design. Cambridge, MA, and London: MIT Press, 2010.
- Kurczy, S. Caribbean cruises to Haiti: 'Sickening' or the right thing? **Christian Science Monitor**, 25 January 2010.
- Latour, B. Why has critique run out of steam? From matter of fact to matter of concern. *Critical Inquiry*, 30(2), 225-48, 2004.
- Light, G. Should cruise ships be docking in Haiti? **Times Online**, 18 January, 2010.
- Luhmann, N. Ecology of ignorance. In **Observations on modernity** (pp. 75-114). Stanford, CA: Stanford University Press, 1998.
- Massumi, B. Potential politics and the primacy of preemption. *Theory and Event*, 10, 2007.
- McGoey, L. On the will to ignorance in bureaucracy. *Economy and Society*, 36(2), 212-35, 2007.

- McGoey, L. Pharmaceutical controversies and the performative value of uncertainty. **Science as Culture**, 18(2), 151-65, 2009.
- Merton, R. K. Three fragments from a sociologist's notebook: Establishing the phenomenon, specified ignorance, and strategic research materials. **Annual Review of Sociology**, 13, 1-28, 1987.
- Michaels, D. Manufactured uncertainty: Protecting public health in the age of contested science and product define. **Annals of the New York Academy of Science**, 1076, 149-62, 2006.
- Mirowski, P. **Sciencemart: Privatizing American science**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.
- Murphy, M. **Sick building syndrome and the problem of uncertainty**. Durham, NC: Duke University Press, 2006.
- O'Malley, P. **Risk, uncertainty and government**. London: Glasshouse, 2004.
- O'Malley, P. Resilient subjects: Uncertainty, warfare and liberalism. **Economy and Society**, 39(4), 488-509, 2010.
- Power, N. Axiomatic equality: Ranciere and the politics of contemporary education. **Eurozine magazine**, 1 July 2010.
- Proctor, R. 'Everyone knew but no one had proof ': Tobacco industry use of medical history expertise in US courts, 1990 2002. **Tobacco Control**, 15 (suppl. 4), 117-25, 2006.
- Proctor, R. & Schiebinger, L. **Agnotology: The making and unmaking of ignorance**. Palo Alto, CA: Stanford University Press, 2008.
- Rancière, J. **The ignorant schoolmaster: Five lessons in intellectual emancipation**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1991.
- Rancière, J. **The philosopher and his poor**. Durham, NC: Duke University Press, 2004.
- Ravetz, J. The sin of science: Ignorance of ignorance. **Science Communication**, 15(2), 157-65, 1993.
- Roemer, J. **Responsibility in egalitarian theory**. Lecture at the Foundation for Law, Justice and Society, University of Oxford, 29 April 2009. Retrieved from <http://www.fljs.org/uploads/documents/OxfordConference.Short.pdf>.
- Rosengarten, M. **HIV interventions: Biomedicine and the traffic between information and flesh**. Seattle: University of Washington Press, 2009.

Ross, K. Translator's introduction. In J. Rancière, **The ignorant schoolmaster**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1991.

Sedgwick, E. **Epistemology of the closet**. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 2008.

Smithson, M. (1989). **Ignorance and uncertainty: Emerging paradigms**. New York, Berlin and Heidelberg: Springer-Verlag, 1989.

Sunder Rajan, K. **Biocapital: The constitution of postgenomic life**. Durham, NC, and London: Duke University Press, 2006.

Taussig, M. **Defacement: Public secrecy and the labor of the negative**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1999.

Thrift, N. **Flies and germs: A geography of knowledge**. In D. Gregory & J. Urry (Eds.), *Social relations and spatial structures* (pp. 366-403). London: Macmillan, 1985.

Turpin, E. **Aesthetics of expenditure: Art, philosophy, and the infinite faculty**. Doctoral thesis, University of Toronto, 2010.